

# Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas:  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	249.812	188.364	Fornecedores	14	112.897	93.640
Concessionárias	5	43.684	45.868	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	1.701	3.497
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	7.317	5.239	Outros tributos a recolher	6	12.518	9.384
Outros tributos compensáveis	6	6.851	22.509	Dividendos	15	55.122	36.984
Cauções e depósitos vinculados	9	785		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	54.098	53.755
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	Uso do bem público	17	3.024	2.773
Outros créditos	11	9.945	5.066	Provisões	18	2.510	2.326
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>320.688</b>	<b>269.340</b>	Outras contas a pagar	11	2.983	2.657
<b>Não circulante</b>				<b>Total do Passivo Circulante</b>			<b>244.853</b>
Cauções e depósitos vinculados	9	24.783	22.815	<b>Não circulante</b>			<b>205.016</b>
Prêmio de risco - GSF	10	12.042	14.336	Tributos diferidos	7	113.754	117.898
Outros Créditos	11	1.544	2.387	Empréstimos e financiamentos	16	390.266	440.036
Imobilizado	12	1.013.139	1.017.376	Uso do bem público	17	33.143	31.927
Intangível	13	454.271	476.418	Provisões	18	6.143	6.600
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.467.410</b>	<b>1.493.794</b>	Outras contas a pagar	11	9	54
		<b>1.505.779</b>	<b>1.533.332</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>			<b>543.315</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>596.515</b>
				Capital social	19.1	850.824	850.824
				Reservas de lucros	19.2	187.475	150.317
				<b>Total do Patrimônio líquido</b>			<b>1.038.299</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>1.001.141</b>
							<b>1.826.467</b>
							<b>1.802.672</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
<b>Receitas</b>	20	315.195	317.843
<b>Custo da operação e do serviço de energia elétrica</b>	21	(45.213)	(57.007)
Custo do serviço de energia elétrica		(50.386)	(44.397)
Custo de operação		(95.599)	(101.404)
<b>Lucro bruto</b>		<b>219.596</b>	<b>216.439</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21	(20.895)	(20.331)
Despesas gerais e administrativas		(1.468)	(322)
Outras despesas e receitas operacionais		(22.363)	(20.653)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>197.233</b>	<b>195.786</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22	27.458	12.405
Receitas financeiras		(50.256)	(54.255)
Despesas financeiras		(22.798)	(41.850)
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>174.433</b>	<b>153.936</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	23	(8.618)	(10.126)
Imposto de renda e contribuição social correntes		4.149	(6.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.469)	(16.725)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>169.966</b>	<b>137.211</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	24		
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)			
ON		6.58936	5.31949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	169.966	137.211
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>169.966</b>	<b>137.211</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>393.665</b>	<b>376.391</b>
Receita operacional	367.065	363.574
Receita relativa à construção de ativos próprios	24.275	12.817
Outras receitas	2.325	
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(93.665)</b>	<b>(91.425)</b>
Custos da energia comprada	(18.674)	(46.295)
Encargos de uso da rede elétrica	(31.131)	(27.532)
Materiais	(9.924)	(2.428)
Serviços de terceiros	(31.784)	(12.473)
Outros custos operacionais	(2.152)	(2.697)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>300.000</b>	<b>284.966</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(50.563)	(51.340)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>249.437</b>	<b>233.626</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	28.801	13.012
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>278.238</b>	<b>246.638</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	5.263	3.654
Benefícios	1.576	1.593
FGTS	493	238
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	46.632	44.016
Estaduais	4.051	5.604
Municiais	1	66
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	50.256	54.255
Aluguéis		1
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	64.849	43.510
Dividendos	67.870	
Lucros retidos	37.247	93.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2022	2021
<b>Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL</b> , quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.		
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.		
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.		
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.		
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.		
	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		
<b>Ajustes para conciliar o lucro no caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
PIS e COFINS diferidos	5	2
Depreciações e amortizações	50.563	51.340
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	(96)	
Direito de concessão - GSF		(10.004)
Amortização do prêmio de risco - GSF	2.294	2.294
Encargos de divisas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	39.062	34.066
Uso do bem público - atualização monetária e AVF	4.417	7.172
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	1.367	

...continuação

## Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 2.8 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciados; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACR), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessãoária e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Dividida (PECLD), para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.4.

## 5.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$59/MWh em comparação com R\$263/MWh em dezembro de 2021, influenciado pela crise hídrica ocorrida pela ausência de chuvas no país, na maior parte do exercício de 2021, além de um maior desvio no GSF médio.

## 2.9 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avalarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

## 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Ativos compensáveis	Saldo em Nota 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2022	
						Nota	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	5.239	-	375	7.586	(1.023)	(4.860)
Total Circulante		5.239	-	375	7.586	(1.023)	(4.860)
Outros tributos compensáveis							
ICMS		-	287				287
PIS e COFINS	21.990	8.662	832			(19.835)	(8.301)
IRRF sobre aplicações financeiras	271	3.060				(366)	2.965
Retenções de Tributos Federais de órgãos públicos	248	3					251
Total Circulante	22.509	12.012	832	-		(19.835)	(8.667)
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.497	8.618				(4.219)	(6.195)
Total Circulante	3.497	8.618	-			(4.219)	(6.195)
Outros tributos a recolher							
ICMS	17	5.324				(5.122)	219
PIS e COFINS	6.3	2.634	34.263			(12.462)	2.217
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	70	855				(802)	123
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.2	6.526	9.727			(554)	9.727
Encargos com pessoal	129	1.513				(1.413)	229
Outros	8					(5)	3
Total Circulante	9.384	51.682	-			(20.358)	(20.858)
Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que se pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.							
6.1 Imposto de renda e contribuição social							
O saldo de R\$7.317 (R\$5.239 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, substancialmente, ao ano de 2021, sendo a utilização permitida após a entrega da ECF - Escrituração Contábil Fiscal à RFB - Receita Federal do Brasil.							
6.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio							
Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$9.727 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.							
6.3 PIS e COFINS							
Os créditos originados na construção da usina foram consumidos e em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$3.348 (R\$21.990 em 31 de dezembro de 2021) de créditos de PIS e COFINS, refere-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.							

## 7 Tributos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2022	31/12/2021	Passivo Não circulante	
			Nota	31/12/2022
PIS e COFINS				15
Imposto de renda e contribuição social			7.1	113.739
Total				113.754
7.1 Imposto de renda e contribuição social				
São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.				
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.				
7.1.1 Composição				
Natureza dos créditos	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Prejuízos fiscais	29.221	29.959	(738)	(9.164)
Base negativa da contribuição social	6.077	9.340	(3.263)	(3.238)
Total	35.298	39.299	-	(4.001)
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cláves e trabalhistas	1.100	903	197	123
Compra vantajosa				
Uso do bem público - CPC 25	24.025	23.659	16.463	16.812
Direito de concessão - Outros				
Licenças ambientais	1.626	1.924	4.291	5.070
Outras	221	211	5.843	491
Total	26.972	26.697	176.009	183.884
Total bruto	62.270	65.996	176.009	183.884
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(62.270)	(65.996)	(62.270)	(65.996)
Total	-	-	113.739	117.888
7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos				
Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.				
A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:				

## 7.2 Tributos diferidos

Natureza dos créditos	31/12/2022	31/12/2021	Passivo Não circulante	
			Nota	31/12/2022
Prejuízos fiscais	29.221	29.959		
Base negativa da contribuição social	6.077	9.340		
Total	35.298	39.299	-	(4.001)
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cláves e trabalhistas	1.100	903	197	123
Compra vantajosa				
Uso do bem público - CPC 25	24.025	23.659	16.463	16.812
Direito de concessão - Outros				
Licenças ambientais	1.626	1.924	4.291	5.070
Outras	221	211	5.843	491

...continuação

## Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

## 12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

## 12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,05	405.472	(69.126)	336.346	2,05	403.270	(60.491)	342.779
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,13	353.309	(62.383)	290.926	2,13	345.509	(53.703)	291.806
Máquinas e equipamentos	2,99	424.085	(102.564)	321.521	2,99	438.989	(93.260)	345.729
Veículos	14,29	1.362	(1.207)	155	14,29	1.362	(1.049)	313
Móveis e utensílios	6,25	78	(17)	61	6,25	78	(12)	66
	<b>1.185.065</b>	<b>(235.297)</b>		<b>949.768</b>		<b>1.189.967</b>	<b>(208.515)</b>	<b>981.452</b>
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(810)	2.109	3,33	2.919	(713)	2.206
Máquinas e equipamentos	3,23	37.105	(9.904)	27.201	3,23	37.105	(8.706)	28.399
	<b>40.024</b>	<b>(10.714)</b>		<b>29.310</b>		<b>40.024</b>	<b>(9.419)</b>	<b>30.605</b>
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	142	(21)	121	3,33	142	(16)	126
Máquinas e equipamentos	15,17	192	(88)	104	15,02	176	(62)	114
Veículos	14,29	49	(30)	19	14,29	49	(23)	26
Móveis e utensílios	7,99	500	(217)	283	8,07	480	(177)	303
	<b>883</b>	<b>(356)</b>		<b>527</b>		<b>847</b>	<b>(278)</b>	<b>569</b>
	<b>1.225.972</b>	<b>(246.367)</b>		<b>979.605</b>		<b>1.230.838</b>	<b>(218.212)</b>	<b>1.012.626</b>
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>								
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração		33.203		33.203		4.727		4.727
Administração		331		331		23		23
	<b>33.534</b>	<b>-</b>		<b>33.534</b>		<b>4.750</b>	<b>-</b>	<b>4.750</b>
	<b>1.259.506</b>	<b>(246.367)</b>		<b>1.013.139</b>		<b>1.235.588</b>	<b>(218.212)</b>	<b>1.017.376</b>
<b>12.2 Movimentação do imobilizado</b>								
	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>	<b>Ingressos</b>	<b>imobilizado em serviço</b>	<b>Transf. para Depre- baixas</b>	<b>cações</b>	<b>Reclas- sificação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>	
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Terrenos		759					759	
Reservatórios, barragens e adutoras	342.779		2.202	(8.635)			336.346	
Edificações, obras civis e benfeitorias	294.138		7.800	(8.782)			293.156	
Máquinas e equipamentos	374.242		(14.759)	(10.567)	(90)		348.826	
Veículos	339			(165)			174	
Móveis e utensílios	369		20	(45)			344	
	<b>1.012.626</b>	<b>-</b>	<b>(4.737)</b>	<b>(28.194)</b>	<b>(90)</b>	<b>-</b>	<b>979.605</b>	
<b>Imobilizado em curso</b>								
Máquinas e equipamentos	23	7.940	18.557			383	26.903	
A reatar	-	13.812	(13.812)					
Outros	4.727	2.311	(8)		(6)	(393)	6.631	
	<b>4.750</b>	<b>24.063</b>	<b>4.737</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>33.534</b>	
	<b>1.017.376</b>	<b>24.063</b>		<b>(28.194)</b>	<b>(96)</b>	<b>(10)</b>	<b>1.013.139</b>	
<b>13 Intangível</b>								
Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).								
A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.								
13.1 Composição do intangível								
	<b>31/12/2022</b>							
	<b>Taxa anual média de amortização %</b>	<b>Custo histórico</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>				
<b>Intangível em serviço</b>								
Geração	25,78	10.181	(9.892)	289	25,78	10.181	(8.164)	2.017
Direito de concessão - Licenças ambientais								
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,31	19.093	(5.165)	13.928	3,31	19.093	(4.532)	14.561
Direito de concessão - GSF	4,11	15.529	(1.008)	14.521	4,11	15.529	(370)	15.159
	<b>44.803</b>	<b>(16.065)</b>		<b>28.738</b>		<b>44.803</b>	<b>(13.066)</b>	<b>31.737</b>
Administração								
Software	20,00	406	(239)	167	20,00	224	(184)	40
Direito de concessão - Outros	3,31	584.274	(159.347)	424.927	3,31	584.274	(140.033)	444.241
	<b>584.680</b>	<b>(159.586)</b>		<b>425.094</b>		<b>584.498</b>	<b>(140.217)</b>	<b>444.281</b>
<b>16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas</b>								
16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								
	<b>31/12/2022</b>							
	<b>Valor contratado</b>	<b>Data da contratação</b>	<b>Valor liberado</b>	<b>Vigência do contrato</b>	<b>Utilização</b>	<b>Covenants</b>	<b>Custo da dívida</b>	<b>Forma de pagamento</b>
<b>Moeda nacional</b>								
					i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização.			
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.			TJLP + 1,86% a.a.
					ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%. Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.			
(								

...continuação

## Companhia Energética do Jari - CEJA

## NOTAS EXPLICATIVAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
Circulante	2.326	45	(1.488)	150	1.477	2.510	
Não circulante	3.333			183	(1.477)	233	2.272
Total	5.659	45	(1.488)	333	-	233	4.782

## 19 Patrimônio líquido

## 19.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$850.824 e está representado por

25.793.46 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2022				
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00	
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00	
<b>Total</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>	<b>25.793.746</b>	<b>100,00</b>	

## Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

## Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

Constituição da reserva legal - 5%

## Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Incentivos fiscais

Dividendo adicional proposto

Dividendos por ação - R\$ - JSCP

Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares

## 19.2 Reservas

## Reservas de lucros

## Legal

## Incentivos fiscais

## Lucros retidos à deliberação

## Total

## 19.2.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra

destinação, não excedente a 20% do capital social.

## 19.2.2 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA) referente à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizado para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

## 19.2.3 Lucros retidos à deliberação

Refer-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituida conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital. O montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$67.959 foi transferido para Dividendo adicional aprovado (Nota 15) deliberado em AOGO de 15 de junho de 2022.

## 20 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de performance; e (iii) são prestados longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia asssegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	2022	2021	R\$
Suprimento de energia	5 e 20.1	1.847.484	1.957.884	359.919
Energia de curto prazo				352.915
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>367.065</b>
(-) Deduções à receita operacional				(3.982)
ICMS				(4.676)
PIS/COFINS				(31.605)
<b>Encargos do consumidor</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(35.587)</b>
P&D				(29.036)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(26.036)
Outros encargos				(26.036)
<b>Receita</b>		<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>315.195</b>
<b>20.1 Energia de curto prazo</b>				<b>317.843</b>

A variação no exercício refere-se ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,7/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280/MWh (Submercado SE/CO) em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país, trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio.

## 21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022	2021	
<b>Custo da operação e do serviço</b>		<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	
Com energia elétrica	21.1	16.797	28.251	16.797
De operação				28.251
Gerais e administrativas				5.860
Outras				1.584
<b>Total</b>		<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>367.065</b>

	Nota	2022	2021	
<b>Custo da operação e do serviço</b>		<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>367.065</b>
Com energia elétrica	21.1	41.859	24.985	41.859
De operação				(10.004)
Gerais e administrativas				5.678
Outras				1.103
<b>Total</b>		<b>57.007</b>	<b>44.397</b>	<b>20.895</b>

	Nota	2022	2021	
<b>Custo da operação e do serviço</b>		<b>1.847.484</b>	<b>1.957.884</b>	<b>367.065</b>
Com energia elétrica	21.1	41.859	24.985	41.859
De operação				(10.004)
Gerais e administrativas				5.678
Outras				1.103
<b>Total</b>		<b>57.007</b>	<b>44.397</b>	<b>20.895</b>

	Nota	2022	2021	


<tbl\_r cells="5" ix="2" maxcspan="1" max

...continuação

## Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 25.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

## 25.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da controlada em conjunto EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

## 25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 16 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

## 25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis do mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)			
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	241.202	1.807	4.393	8.740	(4.441)	(8.933)			
Caçupês e depósitos vinculados	CDI	24.267	2.017	292	2.309	573	1.144	(574)	(1.151)	
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>265.469</b>	<b>3.824</b>	<b>292</b>	<b>-</b>	<b>4.116</b>	<b>4.966</b>	<b>9.884</b>	<b>(5.015)</b>	<b>(10.084)</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(444.724)	(35.839)	(86.259)	(22.499)	(144.597)	(26.782)	(53.207)	27.150	54.678
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(444.724)</b>	<b>(35.839)</b>	<b>(86.259)</b>	<b>(22.499)</b>	<b>(144.597)</b>	<b>(26.782)</b>	<b>(53.207)</b>	<b>27.150</b>	<b>54.678</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores livram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; e TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.

## 25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratuados e os liberados são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	Até 12/2022	31/12/2021					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>							
Fornecedores	7.140	4.267	101.490		112.897	93.640	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.383	22.151	24.564	145.175	245.091	444.364	493.791
Uso do bem público	261	780	1.983	14.964	18.179	36.167	34.700
Licenças ambientais	114	2.125	271	2.272		4.782	5.659
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	14.898	29.323	128.308	162.419	263.270	598.218	627.843

## 25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle de saúde financeira exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais covenants por contrato aparecem descritas individualmente na nota 15. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício fino em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de financiamento.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos.

Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

## 25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema –ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um risco com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% desse risco hidrológico remanescente para 190MWm e 87% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRT mediante pagamento de prêmio.

## 25.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

## • Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

## • Caixa, Equivalentes de caixa e Caçupês

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas.

A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

## 25.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos,

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henrique  
PresidenteSílvio Alexandre Scucuglia da Silva  
ConselheiroLiyi Zhang  
ConselheiroEvandro Leite Vasconcelos  
ConselheiroHenrique Manuel Marques Faria Lima Freire  
ConselheiroMaria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro  
Conselheira

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henrique  
Diretor-PresidenteLourival Teixeira dos Santos Sobrinho  
Diretor Operacional e TécnicoSérgio Ricardo de Marcon Fonseca  
Diretor AdministrativoFernando Fleischer Ferrari  
Diretor Financeiro

## CONTABILIDADE

Leandro Caron Rigamonte  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)Renan Silva Sobral  
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos  
Contador - CRC 1SP271964/O-6

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício fino nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício fino dessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).